

## 8 comentários para "Contra o Estatuto do Nascituro, manifestantes vão às ruas em Porto Alegre"

Data:15/jun/2013, 20h22min

### Contra o Estatuto do Nascituro, manifestantes vão às ruas em Porto Alegre

[Curtir/Curtir](#) [Tweetar](#) 54 [+1](#) 32

[SHRRE](#) [f](#) [t](#) [e](#) [m](#)

**Débora Fogliatto**

Centenas de manifestantes se reuniram no Parque da Redenção, em Porto Alegre, neste sábado (15) para protestar contra o Estatuto do Nascituro, projeto de lei considerado pelos movimentos sociais um retrocesso para o direito das mulheres. O PL 478/07, aprovado na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados na semana passada, pode proibir o aborto mesmo em casos de estupro e risco de vida para a grávida.

A proposta determina que os direitos do embrião devem ter "absoluta prioridade" e proíbe a "incitação" do aborto. Além disso, o projeto estabelece que as grávidas vítimas de violência sexual recebam pensão de seus agressores e, nos casos em que eles não sejam encontrados, o Estado garanta auxílio para as mulheres. O PL ainda precisa ser aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para depois ser votado pelo plenário e seguir para o Senado.



Foto: Muriell Custodio Krollkowski

Para Paolla Ungaretti, uma das organizadoras do ato na capital gaúcha, é importante que a mulher tenha o direito de escolha. Ela explica que quem defende a legalização do aborto não planeja "obrigar" as grávidas a realizarem um aborto, bem pelo contrário. A questão é a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo. "Muitas mulheres morrem por abortos clandestinos, e se o estatuto passar, vão morrer mais ainda", lamenta.

A manifestação, marcada para as 15h, saiu do Arco do Expedicionário por volta das 16h. Após dar a volta por dentro da Redenção, o protesto seguiu para a João Pessoa e pela Osvaldo Aranha, retornado ao ponto de partida cerca de uma hora depois. No trajeto, quem passava pela massa era convidado a participar: "Vem pra luta, vem, contra o estatuto", cantavam os manifestantes.



Foto: Muriell Custodio Krollkowski

Na linha de frente da marcha, quatro pessoas encenavam sua interpretação do estatuto: Paolla, vestida de branco com manchas vermelhas pelo corpo e a boca tapada – representando uma grávida que sofreu por um aborto ilegal – estava presa por correntes seguradas por manifestantes atuando como a Igreja e o Estado. Atrás deles, uma faixa com a palavra "estatuto" estava pendurada nas roupas de um homem vestido de preto, que carregava uma foice.

Eles eram seguidos por mulheres e homens de todas as idades, que portavam cartazes e gritavam pela legalização do aborto e contra a intervenção da Igreja na escolha das mulheres. "Meu útero é laico", "Nenhuma religião controla meu útero", "Crime é não ter direitos" eram algumas das reivindicações da marcha. Apesar da maioria dos manifestantes portarem apenas cartazes ligados ao protesto, podiam ser vistas também faixas de movimentos estudantis e feministas, como a Marcha Mundial das Mulheres, União Brasileira das Mulheres, a Liga Brasileira de Lésbicas, e a União Nacional dos Estudantes, assim como da União da Juventude Socialista (UJS) e do coletivo Juntos.

"Uma em cada cinco mulheres faz pelo menos um aborto até os 40 anos", expunha uma das manifestantes, mostrando o que Paolla chamou de "hipocrisia social". É a ideia de que a criminalização do aborto impediria as mulheres de realizá-lo. O que aconteceria, na realidade, é a disseminação de abortos clandestinos, que põem em risco a saúde da mulher.

A bancada religiosa, a presidente Dilma Rousseff e grupos ligados à Igreja foram duramente criticadas pelos gritos de protesto. "Bancada religiosa, assassina e criminosas", declarava a multidão. Puxados em sua maioria por integrantes da Marcha Mundial das Mulheres, que portavam megafones, algumas das canções repetiam as reivindicações da Marcha das Vadias. "Quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede", gritavam os manifestantes.

De volta ao Arco, os participantes aplaudiram o ato e se reuniram para escutar as palavras finais de algumas das organizadoras. No megafone,



Foto: Muriell Custodio

Publicações Legais
Meu Meio Ambiente
Golpe no Chile – 40 anos
Os Caminhos do Desenvolvimento
Especial Legalidade

elas explicaram que a luta não terminava ali. Os protestos irão continuar enquanto o Estatuto avançar. Ecoado pelos presentes, um dos gritos resumia a indignação das mulheres: "A nossa luta é todo dia, contra o estatuto, pela autonomia".

Krolikowski

#### Leia também:



**Novo protesto contra aumento da passagem ocorre nesta quinta em Porto Alegre**



**Ex-vereador preso na ditadura pode receber título 'Cidadão de Porto Alegre'**



**Mulheres de cinco continentes reivindicam direito ao próprio corpo**



**No RS, prefeita francesa crítica privatização dos espaços públicos**



**Em defesa da liberdade de escolha (por Ariane Leitão)**



Zé Bronquinha disse:

**15 de junho de 2013 às 21:04**

Tudo vigiado de perto pela P2 do Cel. Fábio. Ao ser identificado chamou a policia fardada para prender o civil.A policia desconversou.



Rodrigo disse:

**15 de junho de 2013 às 21:36**

Depois que conquistaram o direito a voto, acham de podem tudo... E podem mesmo!!! Toda a força à luta das mulheres, até porque é a luta de todos nós que desejamos um estado, de fato, laico!



Tania Rosa disse:

**15 de junho de 2013 às 22:28**

Nao era so essas entidades q estavam, nem esses partidos so. nao eh preciso de bandeira ou faixas para comparecer em peso no ato e de forma organizada.



Nilton Cursino Siqueira disse:

**16 de junho de 2013 às 10:59**

Defender o aborto sem conhecer Bernard Nathanson e sua história é apenas defender seu interesse pessoal sem conhecimento de causa. Sob seu comando foram feitos mais de 60 mil abortos em dois anos sendo mais 5 mil com suas próprias mãos. Arrependeu-se. Fez um documentário chamado "O grito silencioso", onde mostra o ultrassom de um aborto. Nele o feto tenta inutilmente se esquivar dos instrumentos que o matarão. Se alguém quiser receber um DVD deste documentário, sem custo, é só enviar um email para: ncsiqueira@gmail.com

Exterminar vidas nunca foi solução para nossos problemas.



Paula disse:

**16 de junho de 2013 às 14:36**

Nilton Cursino Siqueira, o senhor não precisa ser a favor do aborto, mas pode entender que o direito de decisão sobre o próprio corpo deveria caber a cada indivíduo, e não ao estado, à igreja ou a qualquer instituição. A liberdade de decisão é parte fundamental dos direitos humanos. O senhor também deve tomar muitas decisões com as quais outras pessoas podem não concordar, mas é importante que o senhor possa tomar tais decisões, porque o senhor é um ser humano livre e autônomo, dono da sua vida, responsável pelas suas escolhas. Não quer que os outros tirem os seus direitos? Não tente tirar os dos outros.



Patrícia Mello disse:

**16 de junho de 2013 às 20:20**

É lastimável o rumo que as políticas públicas desse país estão tomando frente a interferência ditatorial das bancada evangélica e cristã. É inaceitável que o Estado imponha à mulher seus preconceitos e descabros delirantes!! Temos que dar um basta nisso, senão daqui a pouco vão querer nos obrigar a usar cintos de castidade e quiçá até Burca!  
Gente hipócrita!!



denis disse:

**17 de junho de 2013 às 9:04**

Bom, também acho lastimável que as políticas públicas de saúde sejam voltadas pra materialistas que acham que uma criança é um amontoado de células, tripas e sangue, defendendo seu assassínio a sangue frio (apenas se o pai é um chinelão qualquer). Acho um descabro a postura de botar a culpa de tudo nos homens e na religião. Lembrei do Ricúpero. O que é bom a gente fatura o que é ruim a gente esconde. A mulher pode tudo? É a senhora da vida e da morte? Pois sugiro que os abortos sejam feitos "exclusivamente" por mulheres. Lésbicas de preferência. Assim o homens não serão culpados mais uma vez pela fraqueza, falsidade e complexo de "deusa-mulher" das feministas. Uma lida na história do infanticida Kermit Gosnell ajudaria o movimento supremacista feminista a enxergar que são apenas uma massa de manobra.



denis disse:

**17 de junho de 2013 às 9:07**

Gilbert Keith Chesterton – velho Ches para os íntimos –, grande pensador inglês do começo do século XX, disse: "O mundo moderno está mais louco do que qualquer sátira que dele se faça." Isso pode ser prontamente reconhecido quando se realiza, por exemplo, uma comparação entre os filmes hollywoodianos mais imbecis e algumas notícias que vez ou outra saltam aos olhos em jornais e revistas. O uso da razão, o raciocínio bem estruturado e, acima de tudo, o bom senso são coisas tidas como um conjunto démodé de hábitos e inclinações do homem. O que importa mesmo é vencer e convencer.

Um exemplo bastante ilustrativo disso é o exercício de *ius spernandi* da escritora Clara Averbuck em seu blog a respeito da aprovação do Estatuto do Nascituro pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Efetivamente, não existe problema nenhum em que qualquer pessoa exerça seu direito de achar ruim alguma decisão política – eu faço isso todos os dias –, mas considero essencial fazer de maneira honesta e bem embasada. E disso, efetivamente, Clara Averbuck passa longe.

Vejamos alguns exemplos:

Nunca ouviu falar do Estatuto do Nascituro? Basicamente é o seguinte: um *ÓVULO FECUNDADO* vai ter os mesmos direitos que eu, que a sua mãe, que a sua irmã e que a minha filha e todas as outras mulheres do Brasil.

Mentira. Um embrião – ao qual a escritora se refere meramente como “óvulo fecundado” – não terá exatamente os mesmos direitos que uma pessoa já nascida. Estabelece o artigo 3º do Estatuto do Nascituro que, apesar de ter reconhecida sua natureza humana desde a concepção, o “nascituro adquire personalidade jurídica ao nascer com vida”. Para o olho destreinado (ou pouco afeito à verdade), isso pode parecer um mero detalhe, mas não é. O objetivo do Estatuto do Nascituro é protegê-lo “de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (art. 5º) ao reconhecer que sua natureza humana advém da concepção e que, portanto, um embrião já é um ser humano.

Se a mãe correr risco de vida e precisar de um tratamento que coloque em perigo a vida do feto, ela será proibida de se tratar.

Mentira. Não há nenhum dispositivo no Estatuto do Nascituro que disponha sobre isso. O estatuto prevê a possibilidade de se processar alguém pela morte culposa do nascituro, algo que deverá ser avaliado cuidadosamente no caso concreto. Não existe qualquer dispositivo vinculante que estabeleça proibição a tratamentos médicos para a mãe que possam colocar a vida do nascituro em risco.

Ao longo de seus comentários a alguns artigos pinçados do Estatuto do Nascituro, o comentário mais recorrente da escritora é: “a mãe que se foda” [sic]. É como se o estatuto procurasse simplesmente proteger o nascituro sem se importar com as condições concretas em que isso se daria. Isso é uma impressão completamente equivocada. Em casos de gravidez advinda de estupro, por exemplo, o estatuto estabelece “direito prioritário à assistência pré-natal, com acompanhamento psicológico da gestante” (art. 13, I) e “direito prioritário à adoção, caso a mãe não queira assumir a criança após o nascimento” (art. 13, III). Pode-se perfeitamente argumentar que a realidade para a efetivação desses direitos seria bastante difícil, como a própria Clara Averbuck eventualmente faz, mas não se pode daí depreender que a lei deixa a mãe desassistida. Afinal, a própria lei lhe concede atendimento prioritário.

Além disso tudo, a afirmação da escritora sobre a motivação do estatuto é completamente deturpada:

E isso é baseado em que, mesmo?

Crenças. Crenças de que DEUS mandou essa vida. Gente, olha só, eu sou atéia, eu não tenho DEUS ALGUM. Se você tem um deus e ele não quer que você aborte, apenas NÃO ABORTE. Mas tire as suas idéias, as suas crenças e essa violência toda do corpo das outras mulheres. Das mulheres. De todas as mulheres.

Mentira, mais uma vez. A concretude da natureza humana do nascituro não se infere exclusivamente de uma concepção religiosa – mais especificamente cristã – do homem, mas do uso da mera razão humana. Não fosse assim, o aborto não seria visto com maus olhos desde a Grécia antiga, como podemos supor a partir do Juramento de Hipócrates (“... não darei a nenhuma mulher substância abortiva”). Além disso, uma grande quantidade de cientistas, anônimos ou renomados (como o geneticista francês Jérôme Lejeune, que descobriu na trissomia do cromossomo 21 a causa da Síndrome de Down), defende que a vida humana começa a partir da concepção.

Mas qual é mesmo, no fundo, a razão da revolta com as iniciativas para restringir o aborto? Em que se baseia essa defesa tão grave, tão zelosa dos “direitos reprodutivos” da mulher à revelia do destino da criança por nascer? Clara Averbuck deixa entrever o grave motivo (grifos meus):

Se a mãe correr risco de vida e precisar de um tratamento que coloque em perigo a vida do feto, ela será proibida de se tratar. Afinal, a vida de um amontoado de células que ainda não nasceu, não tem personalidade, não tem consciência, é evidentemente mais importante do que a de uma mulher formada.

O que há aqui é uma profunda e desumana incapacidade de enxergar num ser humano em desenvolvimento a sua natureza humana em virtude de sua aparência com o que é tido como um ser humano pleno. E o que define um ser humano pleno? Nascer, ter personalidade e ter consciência. Como falta ao nascituro as três coisas, ele não pode ser considerado um ser humano. No entanto, seguindo esse mesmo raciocínio de maneira coerente, podemos igualmente alegar que uma pessoa em estado vegetativo também não é um ser humano – afinal, faltam-lhe a consciência e a personalidade –, ou uma pessoa em estágio avançado de mal de Alzheimer, ou uma criança que sofra de anencefalia. Aliás, neste caso, a pesquisadora Débora Diniz, uma das mais intrépidas amazonas pelo “direito” de abortar, esmiúça melhor o raciocínio que motiva o aborto ao escrever (grifos meus):

A ausência dos hemisférios cerebrais, ou no linguajar comum ‘a ausência de cérebro’, torna o feto anencéfalo a representação do subumano por excelência. Os subumanos são aqueles que, segundo o sentido dicionarizado do termo, se encontram aquém do nível do humano. Ou, como prefere Jacquard (6), aqueles não aptos a compartilharem da ‘humanidade’, a cultura dos seres humanos. Os fetos anencéfalos são, assim, alguns dentre os subumanos – os que não atingiram o patamar mínimo de desenvolvimento biológico exigido para a entrada na humanidade – aos quais a discussão da ISG [interrupção seletiva de gravidez] vem ao encontro.

Um exemplo histórico pode ser posto em paralelo a esse sentimento de “humanidade”: o programa Aktion T4. Em setembro de 1939, o Dr. Karl Brandt, médico pessoal do então chanceler alemão, Adolf Hitler, implementou, com entusiástico apoio do Führer, um programa que visava à eliminação daqueles que, em virtude de sua condição física ou psíquica – idosos, doentes graves, deficientes físicos e mentais –, eram considerados socialmente inaptos a viver e, portanto, subumanos. Até o ano de 1941, mais de 70 mil pessoas foram executadas através do programa Aktion T4. Em agosto daquele ano, o programa foi publicamente denunciado pelo então bispo de Münster, Clemens August von Galen. Apesar de publicamente desativado, o programa continuou ativo secretamente. Estima-se que 245 mil pessoas tenham sido mortas em virtude do programa Aktion T4.

O mesmo raciocínio que subsidiou esse bem-sucedido programa de assassinato de incapazes na Alemanha subjaz no raciocínio apresentado pela escritora Clara Averbuck – desta vez, não como programa discionário de um governo totalitário, mas travestido de opção individual plenamente legítima que deve contar com permissão e suporte do Estado. A incapacidade de enxergar a natureza humana de um embrião é essencialmente igual à incapacidade de enxergar a natureza humana em uma pessoa em estado vegetativo. Apesar de se saber que o nascituro possui uma formação genética distinta da mãe e que a continuidade da gestação gera um ser vivo com funções e formas humanas, ele pode ser abortado porque é tão-somente um “amontoado de células” que não nasceu. Na melhor das hipóteses, isso faz dele um parasita que pode ser eliminado sem maior peso na consciência.

Diante da realidade nua e crua, todos os subterfúgios possíveis e imagináveis podem ser criados. No entanto, ao fim e ao cabo, continuam ecoando aquelas sábias palavras do velho Ches que useli no começo do texto. Quando um ser humano incapaz de se defender a si próprio, com um universo de possibilidades e potencialidades diante de si, é tratado como algo eliminável, chega-se à conclusão que, de fato, o mundo moderno está mais louco do que qualquer sátira que dele se faça.

Felipe Melo edita o blog da Juventude Conservadora da UnB.

### Comentar

Nome (required)

E-mail (required)

Website

Avise-me sobre comentários seguintes por email.

Avise-me sobre novas publicações por email.



Publicar no Facebook

Plug-in social do Facebook

### Colunistas

Carregando...

**Marcelo Carneiro da Cunha**



Para a democracia, com amor

**Montserrat Martins**



Lá fora é lindo de se ver

**João Hermínio Marques**



Torcer não é crime!

**Maria Amelia Bulhões**



A arte pode dar novos significados aos lugares?

**Paulo Muzell**



O Brasil e o Complexo de Vira-latas

### Blogs

**A Época Folhetinesca**



Sobre os protestos

**Milton Ribeiro**



Bloomsday, ou o longo caminho do Ulisses de Joyce até seu público

**Sapatinhos Vermelhos**



Um registro urbano

**Flávio Damiani**



O dono da Bienal

**Melodia Bumerangue**



A decadência "supervisionada" do indivíduo atual

**Calle Soriano**



Dos mapas da Cidade Baixa